

- Instrucciones:
- a) Duración: 1 hora
 - b) Puntuación: hasta 10 puntos
 - c) Deberá traducir el texto propuesto sin la ayuda de ningún diccionario..

Crise empurra Portugal para a classificação de país pobre em 2015

A Europa vai crescer a duas velocidades e Portugal está no grupo de países que vai avançar com a marcha mais lenta. De tal forma que o retrato de 2015 vai mostrar um agravamento no fosso entre países ricos e pobres.

De acordo com o estudo da consultora Ernst & Young, o crescimento da Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal, até 2015, não irá além de 0,5% – um ritmo lento e incomparável com o progresso de 9% que os restantes 12 países da zona euro deverão registar.

O ritmo de crescimento lento, a par com a quebra no investimento público, taxa de desemprego elevada e recuo no consumo público e privado são alguns dos indicadores que definem um país “pobre”.

“O fosso entre países relativamente prósperos do norte da Europa e os países em crise do sul do continente prosseguirá, nos próximos anos”, afirmam os especialistas da consultora.

Este estudo vem, assim, reiterar que Portugal continua a ser um dos países mais desiguais do mundo desenvolvido, sendo aquele que a desigualdade é das mais acentuadas entre as economias europeias.

Portugal vai precisar de ajuda adicional segundo a opinião da mesma consultora. As perspectivas económicas portuguesas agravaram-se, com os investidores cada vez mais preocupados com a sustentabilidade das finanças públicas, o que se reflecte nos elevados juros dos títulos de dívida pública nacional. “A fim de conseguir regressar aos mercados em meados de 2013, quando o montante do programa de ajustamento terminar, o juro dos títulos precisa recuar entre 800 e 900 pontos base”.

No entender dos especialistas da Ernst & Young, esta descida parece “altamente improvável”, devido “ao lento avanço na consolidação das finanças públicas e fraca melhoria na competitividade”.

Perante este cenário, arrisca a consultora, “Portugal irá quase certamente necessitar de assistência financeira adicional da União Europeia e do FMI”.

Sandra Almeida Simões *Online*